

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.176 - MG (2019/0039847-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : MATHEUS DA SILVA FONSECA (PRESO)
ADVOGADO : ROQUE TAVARES ALVES - MG137642
RECORRIDO : ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MATHEUS DA SILVA FONSECA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.18.120482-7/000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso temporariamente em 03/10/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas). Em 16/10/2018 a custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado (fl. 63):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - CONSTRIÇÃO LASTREADA NOS PRECEITOS LEGAIS ATINENTES À ESPÉCIE - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - DECISÃO FUNDAMENTADA NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA - RAZÕES CONCRETAS PARA A IMPOSIÇÃO DO CÁRCERE PROVISÓRIO - ORDEM DENEGADA.

Adequada se mostra a manutenção da prisão provisória imposta ao paciente acusado da prática de tráfico de drogas, delito gravíssimo e de cunho hediondo, por restarem atendidas as prescrições legais afetas ao caso, estando a constrição cautelar devidamente fundamentada pelo juízo a quo, sendo inviável pela estreita via do habeas corpus o exame aprofundado de questões meritórias atinentes à imputação.

No presente recurso, alega que o recorrente é primário, trabalhador e com residência fixa. Aduz que preenche os requisitos para responder em liberdade o processo. Afirmar que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares

alternativas ao cárcere, bem como a possibilidade de prisão domiciliar, devido ao estado de saúde do paciente.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator